

A ação dos verbos introdutores de opinião

Luiz Antônio Marcushi*

RESUMO

Este estudo tem por objetivo mostrar que os jornalistas, quando reproduzem opiniões de políticos na imprensa, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro. Para comprovar esta tese, analisam-se aqui verbos (e algumas outras formas lingüísticas) que introduzem tais opiniões. A idéia central é que os verbos **agem seletivamente** sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas. Com isto mostra-se que a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa.

ABSTRACT

This study aims at demonstrating that reporters, when they reproduce politicians' opinions in the press, are subject to a representation that is far from neutral. To prove this claim, verbs (and some other linguistic forms) that introduce such opinions were analyzed. The main point is that verbs act selectively on the contents by giving them an interpretative intentionality with ideological characteristics. This shows that the newspaperman not only reports but analyzes and interprets.

* Mestrado em Letras, Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMEN

Este estudio tiene por objetivo mostrar que los periodistas, cuando reproducen opiniones de políticos en la prensa, están sometidos a un sistema de formulación que no es neutro. Para comprobar esta tesis, analísanse aquí los verbos (y algunas otras formas lingüísticas) que introducen tales opiniones. La idea central es que los verbos actúan selectivamente sobre los contenidos, dándoles una intencionalidad interpretativa con características ideológicas. Con esto mostrase que la actividad periodística no es solamente expositiva, sino analítica e interpretativa.

O PROBLEMA

Em geral, ao se reproduzir as opiniões de alguém, procede-se a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que as do autor. Embora esse processo aparente certa inocência, não impede a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado. Isso leva a duas indagações: (a) será possível informar opiniões sem manipulá-las? e (b) qual a estratégia usada pelos jornais na informação de opiniões? Sem dar respostas exaustivas a essas duas questões, tentarei aqui um caminho para formular o problema e uma possível linha de investigação.

Sabemos que toda informação é fruto de uma certa **compreensão** do fenômeno apresentado. E esta compreensão funda-se nas estruturas sócio-político-culturais daquele que informa, seja ele um indivíduo, o jornalista, ou uma entidade, a agência noticiosa ou linha editorial do órgão jornalístico. Isto submete a construção da informação ao mecanismo das condições de produção daquele discurso, o que exigiria, previamente, uma análise da ideologia de cada fonte informadora. Não será este, porém, o caminho do presente estudo. Aqui ater-me-ei apenas à análise da ação das formas de relatar opiniões, buscando-lhes um possível mecanismo subjacente. Serão estudados principalmente os **verbos que introduzem opiniões** no noticiário político dos jornais diários. De interesse limitado e apenas exploratório, o estudo considerará uma amostragem reduzida, sem pretensão à exaustividade.

Mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, tentarei analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação. Quanto à seleção, não se trata da escolha de tópicos a reproduzir, mas da seleção dos verbos usados. Como pressuposto de trabalho, parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto. Assim, a avaliação lingüística terá um **caráter não meramente estilístico**, mas sobretudo interpretativo e avaliativo. O mais notável é que isso se processa através do instrumento lingüístico usado e não mediante uma interpretação explícita paralela. Não me refiro, portanto, aos comentários; refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de fidelidade ao pensamento do autor.

Neste trabalho, as expressões "introduzir", "relatar", "citar" e "apresentar" opiniões são usadas equivalentemente, de modo a terem a mesma estrutura lógica interna, com a seguinte configuração: o redator relata a um leitor as opiniões de alguém. Com isto o redator torna-se um **filtro**, porquanto ele é receptor e emissor ao

mesmo tempo. A forma de exercer este papel é que será aqui analisada, tomando-se como material empírico apenas os verbos.

Sem vincular-se a uma teoria específica, ou inserir-se em contextos teóricos já definidos nas várias orientações de análise do discurso, a perspectiva deste estudo é livre e levanta possibilidades sugeridas pelos próprios textos analisados. Apenas deste forte componente indutivo consideram-se aspectos básicos desenvolvidos nas obras de Hermann Hoppenkamps (1977), Barbara Sandig (1970), J.L. Austin (1962) bem como em outros autores. Obviamente, temos a ver com atos discursivos e poderíamos explorá-los dentro dos padrões já estabelecidos para tanto. Preferimos, contudo, a liberdade teórica de estruturar uma questão que poderá ser levada adiante com outras premissas. Esta posição reflete-se na própria confecção do presente texto que abdica, conscientemente, duma terminologia técnica, preferindo a abordagem direta e sem rodeios teóricos excessivos.

FORMAS DE RELATAR OPINIÕES

Quanto às formas lingüísticas de relatar opiniões, as mais freqüentes são as seguintes:

(a) **mediante um verbo:** nesta modalidade a opinião é introduzida com algum verbo que antecipa o caráter geral da opinião relatada. Encontramos aqui uma série enorme de verbos e é a eles que voltaremos atenção. Entre esses verbos estão: "declarar", "confirmar", "elogiar", "dizer", "frisar", "indagar", "reiterar", "advertir", "acusar", "pedir", "sugerir", "defender", "atacar", "contar", "considerar", "ênfatisar", "lembrar", "acreditar", "concordar", etc.

(b) **mediante uma nominalização:** ao lado do uso de verbos como os apontados em (a) encontramos também o processo de nominalização de verbos. É um procedimento mais incisivo, mas pode subentender o conhecimento da opinião como no seguinte caso:

(1) "As declarações de Jarbas Passarinho sobre a atividade da Igreja não agradaram aos Bispos, que reagiram..." (D.P. 29-8-81) ou então pode seguir-se à informação já dada, como no exemplo a seguir:

(2) "O dinamismo da economia brasileira não se explica sem uma referência ao sacrifício imposto a grande parte da população do País e ao caráter ostensivo da exploração dos recursos naturais de um vasto território". Essas declarações foram feitas ontem pelo economista Celso Furtado... (D.P. 29-9-81)

Nem todos os verbos podem ser nominalizados. Os mais freqüentes são: "declaração", "informação", "elogio", "confirmação", "denúncia" e "crítica" entre outros.

(c) **mediante construções adverbiais:** aparentemente neutra, esta modalidade introduz o discurso literalmente ou parafraseado. As expressões mais freqüentes aqui são: "segundo fulano", "na opinião de...", "para fulano", "a seu ver...", "de acordo com...", etc. Estas formas deixam as opiniões por conta de quem as emite. Assumem a posição de devolver a responsabilidade do dito ao próprio autor da opinião como no caso de (b) com a nominalização. Trata-se de um recurso muito delicado ao referir a opinião parafraseadamente, pois o redator pode parafrasear a opinião de alguém e apresentá-la como literalmente dada. Diferente é o

caso em que a expressão introduz a opinião entre aspas, como no exemplo seguinte:

- (3) Segundo Celso Furtado, "os instrumentos da análise da ação econômica são inadequados..." (D. P. 29-8-81).

Essas expressões merecem um estudo específico e mais demorado. Nossa atenção se voltará para elas apenas esporadicamente.

(d) mediante dois pontos ou inserção aspeada no texto: modalidades que aparecem muito mais nas manchetes ou em certos contextos da notícia. Vejamos alguns exemplos:

- (4) Thales: Os deficientes são fortes (D.P. 29-10-81).

Neste caso não foram citadas as palavras de Thales Ramalho, mas dado o sentido de sua opinião. Contudo, "fortes" ficou aí dubiamente colocado. Pois Thales havia dito: "Os deficientes brasileiros constituem o mais formidável grupo de pressão que existe no País, pois são cerca de 16 milhões de pessoas" (D. P. 29-10-81). "Fortes", na opinião de Thales, dizia respeito à força do grupo e não do indivíduo como tal.

- (5) A devoção de Maria Nadari foi herdada de sua família e ela costuma resolver todos os seus problemas "com a ajuda do santo". "A minha fé é tão grande que até coloquei uma imagem de São Judas na sala de casa." // A dona de casa Neide Donato também enfrentou mais de duas horas na fila debaixo da chuva, para depositar "umas economias" diante da imagem do padroeiro, em pagamento a uma promessa. "Minha família estava numa situação financeira difícil(...) Fiz um pedido e consegui vender uma das casas para sair do buraco." (F. S. P. 29-10-81).

Aqui notamos um fenômeno curioso. A opinião não vem acompanhada de alguma expressão introdutora, mas simplesmente inserida no texto corrido da notícia. No discurso a que logo mais chamaremos "discurso do poder" isso nunca acontece, ocorrendo, em geral no relato dos discursos populares.

Essas quatro são as formas mais comuns de introduzir as opiniões alheias, mas há outras possíveis, às quais não aludiremos aqui. Importante é observar mais explicitamente o que acima foi apenas lembrado. Trata-se da paráfrase, o recurso mais comum para reproduzir as opiniões. A fim de se poder analisar qual o tipo de interpretação feita através da paráfrase - aspecto de grande importância -, deveria ser possível o acesso ao original relatado. Este é aliás o tema do livro de Hoppenkamps (1977), que analisa os relatos de jornais a respeito de opiniões emitidas no Parlamento alemão. Para tanto deveria preceder uma nova teoria da paráfrase e uma análise minuciosa do ponto de vista ideológico dos jornais considerados.

Embora não se desenvolva aqui uma teoria da paráfrase, ela fica subentendida, pois creio que não há como negar que os verbos introdutórios de opiniões funcionem como "parafrazeantes sintéticos", pois eles resumem em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar. Tomemos aqui dois exemplos com a finalidade de observar como esse fenômeno funciona:

- (6) Aureliano garante que exercerá todo poder de forma indivisível. (D.P. 22-9-81).

- (7) Aureliano diz que não dividirá o Poder da Presidência. (J.B. 22-9-81).

Em (6) garante e em (7) ele diz alguma coisa. Sabemos que entre garantir e dizer vai uma distância não apenas semântica, mas inclusive uma insinuação de poder ou expectativa (7). Assim, o J.B. insinua uma certa dúvida expressa no verbo dizer e o D.P. admite força e disposição sólida expressas no verbo garantir.

Na verdade, indagado se exercia de forma una e indivisível o poder da Presidência, Aureliano respondera: "É óbvio. É óbvio e evidente". Indiretamente ele estava sugerindo que o processo de normalização democrática havia sido atingido e agora seria respeitado, mas não estava garantindo isso.

Tomemos mais dois exemplos extraídos do noticiário a respeito da expulsão dos padres franceses do Brasil.

(8) Depois de **explicar** que ainda não formou opinião sobre o assunto, pois só na véspera recebeu o relatório do Ministério da Justiça, Aureliano C. disse que vai decidir "em face da Lei" ... (E.S.P. 1-11-81).

(9) (...) Aureliano C. **revelou** que não tem ainda uma decisão sobre a expulsão dos padres franceses(...), mas **assegurou** que "vai tomá-la sozinho, porque sou homem e não abdicó de minha autoridade..." (D.P. 1-11-81).

Como se nota, em (8) os verbos são **explicar** e **dizer** e em (9), para o mesmo conteúdo, são **revelar** e **assegurar**. O que para o E.S.P. é uma explicação e uma afirmação, para o D.P. é uma revelação e uma segurança endossando este último uma hierarquia de poder institucional. Aliás, a manchete que se lia no D.P. era: "**Aureliano Chaves decide sozinho se expulsa os padres**" e no E.S.P.: "Decisão sobre padres é só minha, diz Aureliano," o que mostra o tipo de tratamento que estava sendo dado ao discurso do presidente em exercício, de modo que para o D.P. a autoridade é fonte de garantia personalizada, ao passo que para os E.S.P. restava margem à dúvida.

INFORMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Até aqui empreguei os termos "informação" e "interpretação" sem maiores explicações do uso. Dissemos que a semântica dos verbos introdutórios de opiniões não pode ser feita à margem dos contextos de enunciação e fora das condições de produção do discurso como tal. Isto significa que toda informação é produzida dentro de algum sistema que não se ignora a si próprio, veiculando implicitamente uma interpretação qualquer. Somente uma análise mais detalhada poderá fornecer uma resposta segura, mas é possível que os órgãos de imprensa se caracterizem ideologicamente já pela forma de relatarem as opiniões dos políticos. Nos exemplos (6) a (9) vimos que o D.P., por exemplo, dá força especial às opiniões de fontes do poder, o que não ocorria com o J.B. e o E.S.P.

Tomemos o termo "interpretação", neste contexto, de uma maneira ampla, envolvendo 3 aspectos possíveis:

(a) **interpretação explícita**, em que há um comentário feito pelo redator da notícia;

(b) **interpretação implícita**, que é feita pela seleção dos verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional;

(c) **interpretação pela seleção** do que é informado. O fato de se prestar uma e não outra parte das opiniões de alguém já é uma forma de interpretar o discurso através da omissão. A simples seleção é, pois, um tipo especial de interpretação pelo interesse.

Baseando-se nestas observações, pode-se dizer que é praticamente impossível informar neutramente. Assim, o termo "informação", no caso da opinião informada, é sempre a apresentação de um discurso interpretado. Esta manipulação é menos grave quando temos acesso ao original integralmente, mas isso é muito

raro, pois a economia é um dos aspectos básicos na imprensa. O mais grave ocorre quando a opinião é apenas abreviadamente formulada e num contexto de oposições, ou seja, num tipo de texto montado a partir de diversas posições conflituosas. É aí onde os verbos introdutórios das opiniões têm um papel especial.

Talvez seja possível montar um sistema de classificação de verbos semântica e pragmaticamente interpretados de maneira a torná-los aferidores de posições ideológicas, mas isto é muito complexo. Ainda veremos que tentativas poderão ser feitas neste sentido, mas não estou seguro de que sejam sólidas. Essas perspectivas serão dadas a seguir, ao definirmos os tipos de discurso considerados neste estudo. Em trabalho feito anteriormente, julguei ser possível detectar verbos marcadores de relações de poder, mas hoje já não tenho a mesma certeza.

Ao se informar a opinião de alguém é possível levá-lo a dizer algo que não disse. Esta manipulação sutil, feita com recurso de um verbo, é o que caracterizamos como interpretação implícita. Muitas vezes alguém apenas levantou uma hipótese e o redator já nos faz ver uma declaração; outras vezes um político expressa uma posição mais dura e o redator transforma aquilo em uma ameaça; em outros casos alguém faz uma ressalva e o redator nos faz ver uma ênfase. É interessante notar como as palavras de fontes do Governo são hoje apresentadas como declarações, recomendações, advertências e outras afins.

A relevância de um estudo desta natureza aumenta numa época de eleições, quando o noticiário passa a alimentar-se fortemente de opiniões políticas. Ter critérios claros a respeito do sistema informativo no contexto dos interesses políticos não é fácil, como não é fácil desvincular o dito daquilo relatado como dito, já que a sutileza do processo de dizer é encoberta por processos tidos apenas como estilísticos. Buscando evitar essa redução simplista, parece útil lembrar aqui o que escreve H. Osakabe (1979:37), ao dizer que "há uma tendência de redução dos discursos analisados à sua função informática". O autor faz essa observação a propósito das teorias que se dedicam à análise do discurso. O interesse central será, aqui, descobrir algum mecanismo que comanda a escolha de verbos para introduzir as opiniões e verificar como é que tais verbos agem nestes contextos estruturando a informação. Vai-se, com isto, além da redução ao nível informativo, uma vez que se parte da produção da informação.

TIPOS DE DISCURSO CONSIDERADOS

Sem entrar aqui em maiores detalhes a respeito da definição de discurso, para o que remeto ao estudo de H. Osakabe (1979), tomarei aqui, dois tipos de discurso. Não se trata de uma tipologia e sim de uma definição. Esses dois tipos interessam à análise empreendida, por ser neles que os verbos estudados entram em ação. Os tipos considerados são:

(a) Discurso do Poder

(b) Discurso de populares

A divisão feita não é óbvia e merece esclarecimentos. **Discurso do poder** é uma categoria que envolve a produção discursiva de três níveis diversos, assim distribuídos:

(a1) discurso oficial

(a) Discurso do poder (a2) discurso para-oficial

(a3) discurso da oposição

A caracterização de cada sub-divisão destas é a seguinte:

(a1) **discurso oficial**: trata-se do discurso do governo representado pelos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) mais o poder militar, dadas as circunstâncias históricas do País. Inserem-se aqui as opiniões dos membros do partido do governo e seus representantes.

(a2) **discurso para-oficial**: na verdade, é uma opinião oficial, mas não tem as mesmas fontes que o anterior. É o discurso produzido por certas camadas do Clero mais identificados com o Governo, por certas instituições vinculadas ao poder oficial, como setores da Indústria, Comércio e Autoridades Universitárias ou Instituições Governamentais fora dos poderes acima mencionados.

(a3) **discurso da oposição**: neste caso temos a produção discursiva dos partidos de oposição ao Governo e da parte do Clero não inserido em (a2). Aqui entram ainda os sindicatos patronais e outras Instituições que fazem oposição ao governo.

É importante observar que com respeito ao relato das opiniões de (a1) e (a2) por um lado, e (a3) por outro, verifica-se um procedimento diferenciado. Os discursos oficial e para-oficial são relatados sancionadoramente, sendo essas opiniões muitas vezes tratadas como fatos. São em geral declarações, ameaças, recomendações, etc. O discurso da oposição é relatado de forma mais cautelosa, cai na responsabilidade de quem o produziu, geralmente não recebe endosso nem é transformado em fato. Vejamos aqui alguns relatos desses tipos de discurso; iniciemos com exemplo do tipos (a1):

(10) **Título: Marchezan não quer privilégio parlamentar**

O presidente da Câmara dos Deputados, N. Marchezan, reiterou ontem, em Porto Alegre, o seu "compromisso com restabelecimento das prerrogativas parlamentares" e frisou que gostaria até que essa questão "fosse colocada nos seus devidos termos...", embora sinta "dificuldades de tempo para esse exame. O dep. Gaúcho classificou como um "grande passo" a formação de uma comissão (...) lembrando que há um mês já vem sendo estudado (...). Quanto à questão da inviolabilidade absoluta, Marchezan afirmou que seria "um privilégio odioso e odioso (...)" Ele se manifestou confiante na superação do impasse (...) ressaltando que, ao longo deste ano (...). Uma fórmula "geralmente aceita", afirmou Marchezan, é de que (...). Além disso, prosseguiu, haveria outra fórmula (...). Afirmando que a inviolabilidade absoluta dos parlamentares é um privilégio inadmissível, o presidente da Câmara destacou (...) (E.S.P. 1-11-81).

Temos aí o relato de um discurso do poder (com características liberais), onde os verbos que o introduzem são quase todos fortes e dominadores: reiterar, frisar, sentir, classificar, ressaltar, afirmar, destacar, entre outros. Nesta mesma linha é também o discurso (a2) do exemplo a seguir:

(11) **Título: CTA confirma: Pior seca vem mesmo em 1982**

O Centro Técnico Aeroespacial anunciou, ontem, o agravamento da seca em todo o Nordeste, prevendo que o pior ano será 82. Segundo os técnicos do CTA, essa seca vai-se prolongar até 85 (...). A advertência é dirigida, principalmente, aos pecuaristas(...). Eles foram aconselhados a tomar providências urgentes (...) (D.P. 28-8-81).

Neste discurso, os verbos que resumiram o relatório de uma instituição

transformaram opiniões em fatos consumados usando verbos fortes como anunciar, prever, aconselhar, e uma nominalização de advertir. Apenas no caso da opinião menos previsível foi usada a construção adverbial "segundo os técnicos". Vejamos agora um relato equivalente a (a3):

(12) Título: **Tancredo recomenda a "ocupação de espaços"**

O Senador Tancredo N. afirmou ontem que o desfecho do projeto sobre as reformas (...). Com a ressalva de que, quanto ao projeto em si, foi impedida a violência contra os aposentados (...), o presidente do PP admitiu que se configurou um momento politicamente favorável (...). Por sua vez o dep. M. Pinto considerou sem sentido as informações (...). Em sua opinião, a essência de um debate são as idéias (...). no curso da campanha eleitoral. Considerando que esta já está nas ruas, M.P. sustentou que (...). Já o líder do P.P. (...) Thales Ramalho manifestou descrença quanto à tese(...). Thales R. julga que a sensibilidade política (...). Para Thales, é chegado o momento(...)" (E.S.P. 29-10-81).

No trecho aqui citado notamos que todas as opiniões ficam por conta de seus autores, uma vez que são introduzidas por verbos ou expressões da esfera da subjetividade: afirmar, ressaltar, admitir, considerar, sustentar, julgar, manifestar descrença e duas construções adverbiais. Seria interessante cotejar este texto com um outro, na mesma página do mesmo jornal, em que é reproduzida a opinião do Ministro Abi-Ackel, usando-se praticamente os mesmos verbos que no caso do exemplo (12). Mas uma análise um pouco mais atenta dirá logo que o Ministro, neste caso, estava em grande desvantagem, assumindo uma posição de defesa diante de uma situação embaraçosa. Com isto, o próprio relato reflete a circunstância francamente negativa. E como ainda veremos mais adiante, os verbos assumiram aí funções argumentativas e não têm apenas uma ação na linha em que consideramos aqui.

(13) Título: **Abi-Ackel afirma que o acordo favorece o Governo**

Ao desembarcar ontem em Salvador (...) o ministro Abi-Ackel negou veementemente que o Governo tenha recorrido ao acordo com as oposições (...). O Ministro considerou que a decisão de conciliação deixou o governo mais forte (...). Durante a entrevista coletiva (...) Abi-Ackel respondeu rispidamente a algumas perguntas dos jornalistas, que chamou de "desinformados". Em determinado momento (...) respondeu: "Os senhores têm alguma pergunta acima e além do jogo do bicho?" Depois, indagado sobre a possível presença de comunistas na Igreja(...) concluiu, afastando-se do local: " Os senhores poderiam, agora, abrir passagem, porque, quando o nível das perguntas cai tanto, é sinal que não há mais matérias a considerar". O ministro negou também que tenha faltado ao governo sustentação parlamentar (...). Para o ministro da Justiça, o PDS não saiu prejudicado com a rejeição das sublegendas(...). Quanto às consequências imediatas da rejeição da sublegenda, admitiu "aqui e ali" alguns reflexos negativos. Segundo o ministro, o governo não enfrentou qualquer dificuldade ... (E.S.P. 29-10-81).

No trecho trazido em (13) fica clara a posição de desvantagem, em que o Ministro defende-se de perguntas incômodas, agredindo verbalmente os jornalistas. As expressões (verbos ou construções adverbiais, que introduzem as opiniões do Ministro atestam com clareza uma posição não naturalmente sancionada, como ocorre com a maioria dos discursos do mesmo ministro pela imprensa. Temos inclusive um verbo "concluir" que não encabeça uma conclusão, mas uma pergunta

do Ministro. A função daquele verbo é nitidamente irônica. Por outro lado, notamos modais intensificadores de posições negativas, como é o caso dos advérbios "veementemente" e "rispidamente".

Era a fatos desta natureza que me referia quando, mais atrás, lembrei que não seria possível uma semântica e pragmática dos verbos aqui analisados, fora dos respectivos contextos e das correspondentes condições de produção do relato.

Até aqui apresentamos apenas o **discurso do poder**, com suas três subdivisões. Resta agora caracterizar o tipo de discurso chamado **discurso de populares**. Esta é uma denominação muito frouxa, elástica e, possivelmente, pouco adequada. Não me ocorre, no momento, um termo melhor, mas ele deve ser substituído por outro mais apropriado.

O **discurso de populares**, que eu inicialmente denominara "discurso submisso", denominação essa muito radical, é aquele produzido por pessoas anonimamente lembradas nos noticiários, nas "entrevistas" em delegacias de polícia, por jogadores de futebol e outros.

O relato destas opiniões é feito com um número muito reduzido de verbos introdutórios com certas características estigmatizadas. Os verbos mais freqüentes neste tipo de relato são "contar", "prosseguir", "lembrar", "confessar", e outros, tendo a maior freqüência o verbo "dizer". Além disso temos algumas características especiais já assinaladas no exemplo (5) acima.

No caso do **discurso de populares** interessa-nos sobretudo aquele produzido pelos inquéritos policiais, cujos relatos são extremamente estigmatizados, ao ponto de o verbo "declarar", no caso de um detido, ter uma semântica totalmente oposta à do mesmo verbo no relato de um discurso do Presidente da República. As declarações do réu são **confissões**, mas as declarações do Presidente são afirmações, exposições de princípios ou propósitos. Analisemos aqui um exemplo desse discurso:

(14) **Título: Assaltante diz na Polícia como matou José Ricardo**

O assaltante Apolônio (...) **confessou** ontem como matou (...). Em seu depoimento, "Baixa" disse que os tiros foram dados(...). Apolônio **contou** que saiu de casa (...). "depois dos assaltos - contou o malandro - seguimos para a granja". (...). (D.P. 22-08-81).

Observa-se, em (14), a presença de verbos como "confessar", "dizer", "contar", os mais freqüentes neste tipo de relato. Todos eles indicam culpabilidade ou incriminação do autor do discurso relatado. Neste tipo de relato, os verbos com a freqüência mais alta e perfazendo cerca de 80% do total são: "dizer", "confessar" e "depor", seguindo-se "contar".

No **discurso de populares**, a maior incidência é do verbo **dizer**, que leva cerca de 50% das freqüências: a este se seguem as construções adverbiais e o processo de inserção da opinião sem o uso de um verbo ou expressão qualquer para introduzi-la no contexto do relato.

Aqui uma observação curiosa: pessoas muito populares, mas não identificáveis como populares no sentido de anônimos, são os artistas de TV, cinema, cantores, escritores, teatrólogos. Assim, é de estranhar que as opiniões de Henfil, Agnaldo Timóteo, Bete Mendes, Edith Veiga, Ruth Escobar, G. Guarnieri não mereçam um relato diverso do que acabamos de ver. No entanto, na edição de 1-11-81 da **Folha de São Paulo**, na Seção **Arte e Política**, as opiniões destas pessoas vêm após manchetes como "O PT tem o instinto do povo, **diz Henfil**"; "**Para Ruth**, o PMDB está mais próximo do poder e "Timóteo muda de opinião, **Edith prefere o Governo**". Nestas reportagens (que vêm assinadas) as opiniões são intro-

duzidas pelos verbos "dizer", "achar", "garantir", "afirmar", "acreditar" e algumas poucas construções adverbiais e duas ou três nominalizações. Nunca aparece aquele tipo de verbos característicos do relato do discurso da esfera do poder, seja do Governo ou da oposição. Nota-se aí uma hierarquização muito acentuada na estrutura da valoração das opiniões, comandada já pelo tipo de verbos que encabeçam a introdução das mesmas. Não se trata de uma simples questão de estilo, mas de características sistemáticas dos tipos de discurso.

E como veremos com detalhes, há uma discriminação ainda mais sutil, realizada com artifícios verbais cuja semântica passa despercebida a quem nunca tenha sido chamado à atenção do fato.

A AÇÃO DOS VERBOS NOS TIPOS DE DISCURSO

Importa agora investigar se existe alguma estratégia por trás dos tipos de uso mencionados. A hipótese mais razoável e menos entusiasta é a de que só podemos distinguir entre modos do relato do discurso do poder e relato do discurso de populares. Isto por várias razões, mas principalmente pela impossibilidade, pelo menos intuitiva, de distinguir os discursos (a1), (a2) e (a3) entre si pelas simples formas do relato. Ainda tentaremos distinguir esses tipos de relato, mas não chegaremos a um resultado muito claro. Somente uma investigação sistemática, ampla e estatística dirá algo de seguro.

Tomando os verbos que introduzem opiniões nos tipos de discurso considerados, nota-se que eles têm várias formas de agir. Em primeiro lugar agem diretamente sobre o discurso relatado; em segundo lugar atuam sobre a compreensão desse discurso e, em terceiro, podem ser eles próprios o relato da forma como o discurso relatado atuou ou deve atuar. Neste último caso pensamos na força perlocutória, no sentido de Austin (1962). Com isto eles introduzem o discurso relatando seu efeito ou modo de atuar; são como que o relato de uma intenção do autor inferida pelo redator. Trata-se da imagem que o redator do relato faz a respeito da intenção que o autor teve ou teria.

Alguns exemplos poderão esclarecer melhor os aspectos aqui levantados.

(15) O Deputado Hélio Duque (PMDB-PR) afirmou em Brasília que o Governo ensaia extinguir as eleições e endurecer o regime, usando como pretexto os inevitáveis protestos populares (F.S.P. 29-08-81).

(16) Jutai classificou de "ridículas as afirmações de representantes do PMDB na Câmara Federal de que 'elementos do SNI exaltaram os ânimos da população da Bahia.'" (F.S.P. 29-08-81).

(17) O Vice-Presidente da República (...) advertiu (...) que há necessidade de se manter a ordem pública com o objetivo de evitar que haja exacerbação (F.S.P. 29-08-81).

Analisando os três exemplos acima encontramos o seguinte: em (15) o discurso de Hélio Duque, Deputado pela oposição, foi introduzido com o verbo "afirmar", que, em si, neste caso, tem menos força que em outros contextos, pois tratava-se, de fato, de uma acusação ou uma denúncia. Melhor teria sido o uso do verbo "denunciar". Neste caso temos um verbo que consegue agir pelo enfraquecimento da opinião. Já no exemplo (16), Jutai (Senador pelo PDS) teve sua opinião caracterizada como "classificação". O verbo "classificar" agiu sobre a caracterização do discurso, quando sabemos que chamar uma afirmação de "ridícula" não precisa-

mente classificá-la, mas qualificá-la por um atributo. Neste caso agiu sobre a compreensão da opinião. No caso (17) o discurso de Aureliano Chaves (Vice-Presidente da República) foi tido como uma "advertência". Essa interpretação **relata o efeito do discurso**; foi um relato performativo e conseguiu super-dimensionar o dito, dando-lhe uma dimensão de discurso repressivo. É o relato do não-dito, ou seja, da intenção inferida pelo jornalista no contexto político mais amplo. Vimos anteriormente casos em que verbos introdutórios de opinião procedentes da área da subjetividade deixaram o discurso por conta do autor. São os verbos "achar", "pensar", "julgar", "imaginar" entre outros. Estes **subjetivizam** a opinião. O que importa ver é se há alguma sistematicidade desses usos ou se são meras variações estilísticas. Tudo indica que não são meras variações estilísticas, pois eles têm uma distribuição e um uso bastante regular.

Embora seja muito difícil uma classificação rígida, por não se poder tomar os verbos fora dos contextos, como foi afirmado por várias vezes, é possível tentar algo neste sentido. A questão central aqui colocada é a de se saber até que ponto é possível informar a opinião de alguém sem ao mesmo tempo interpretá-la de alguma forma ou em alguma direção. Tudo se resume no seguinte: qual a diferença entre se relatar que alguém "disse" algo ou que alguém "declarou", "enfatizou", "confirmou", "reiterou", "revelou", "advertiu", "contou", "condenou", "elogiou", "confessou", "achou" isso ou aquilo com seu discurso? A hipótese que tento defender é a de que a ação desses verbos hierarquiza, reforça, discrimina, classifica, etc. os autores das respectivas opiniões relatadas.

A fim de vermos como funciona esse tipo de ação tão diversificada, tomemos uma série de exemplos para depois indagar alguns dos aspectos ali salientes. Partamos aqui de um pequeno exemplo, colocando de um lado o relato e do outro o original do autor (isso nem sempre é possível, mas aqui foi fácil já que a íntegra da entrevista estava no jornal):

(18) Título: **Beckmann diz que presidente pode ser civil** (F.S.P. 29-8-81)

relato

"A presidência (da República) não é privilégio civil ou militar", afirmou ontem o comandante interino do 2º Exército, general Beckman Filho, ao **desmentir** que, com a saída de Golbery do Couto e Silva da Chefia da Casa Civil da Presidência, um general tenha sido escolhido para suceder o presidente Figueiredo.

entrevista

P. — Já existe um general escolhido para ser o próximo presidente da República?

R. — "Isso, no meu ponto de vista, não existe. O candidato tanto poderá ser civil ou militar. Você, repórter, é que está lançando um militar."

P. — Com a saída de Golbery não ficará muito difícil um civil ocupar a Presidência da República?

R. — "Já disse que a Presidência não é privilégio civil ou militar. O período pós-revolucionário exigiu um general, mas agora, dentro do regime de abertura, qualquer cidadão honesto, desde que reúna condições para o posto, fardado ou não, poderá ser o próximo presidente."

relato

Beckmann admitiu que os incidentes de Salvador preocuparam o setor militar, **acreditando**, no entanto, que "de forma alguma" eles prejudicarão as eleições de 82.

Neste exemplo, citado na íntegra, temos alguns fatos de interesse muito especial. Na manchete da notícia encontramos o verbo "dizer" e no corpo da notícia o verbo "afirmar" para introduzir a mesma opinião, tornando mais forte a posição do militar. Mas o relato introduzido com o verbo "desmentir" oferece outro aspecto, ou seja, foi fundada a opinião do entrevistado com a pergunta do jornalista, pois Beckmann não aludiu a Golbery. De resto não foi um desmentido e sim uma tomada de posição em que manifestou uma questão de princípio. "Desmentir" deu uma dimensão explícita à opinião, que a mesma possivelmente não tinha, pois o militar quis desviar o assunto. Assim, uma das formas de agir desses verbos é **atribuir à opinião certas intenções** que são inferências dentro de um contexto de não-dito.

Quanto à segunda parte, o verbo "admitir" alude ao que no final da resposta surgiu provocado pela pergunta, após longo rodeio. Contudo, é no verbo "acreditar" que se encontra o relato de uma intenção. Não se tratava de uma crença, que subjetiviza a opinião, mas sim de uma declaração de normalidade jurídica.

Às vezes os verbos agem sobre o dito tomando-o algo diverso do que pretendeu ser, como no caso do exemplo a seguir em que temos os relatos de dois jornais e a entrevista original. As edições de ambos os jornais são de 1-11-81. A manchete do D.P. era: **Aureliano Chaves decide sozinho se expulsa os padres** e no E.S.P. era: **Decisão sobre os padres é só minha, diz Aureliano**.

(19) relato

D.P.: Em entrevista (...) Aureliano Chaves **revelou** que não tem ainda uma decisão sobre a expulsão dos padres franceses(...), mas **assegurou** que "vai tomá-la sozinho, poque sou homem que não abdicó de minha autoridade (...)".

entrevista

P. — A violência em Salvador preocupa o exército?

R. — "Alguns elementos se aproveitam de tudo para perturbar a ordem, no exato momento em que João Figueiredo quer restabelecer a democracia. Esses elementos ao invés de cooperar, fomentam profissionalmente a violência que pode gerar a anarquia. Isso, claro, preocupa, mas de forma alguma prejudicará as eleições de 82."

entrevista

P. — Pres., qual vai ser a decisão sobre a questão dos padres franceses?

R. — Vou examinar o assunto. O processo me foi entregue antealemente pelo ministro Abi-Ackel. Vou examinar cuidadosamente, para depois decidir em face da lei.

P. — O senhor já se afirmou sobre o relatório dos padres franceses?

R. — Ainda não, porque recebi o relatório sexta-feira. Este é um re-

E.S.P.: Depois de **explicar** que ainda não formou opinião sobre o assunto(...), A.C. disse que vai decidir "em face da lei" **acrescentando** que o episódio não configura um conflito Igreja/Estado.

latório que eu tenho que examinar exaustiva e cuidadosamente. É o que vou fazer, para depois me definir sobre ele.

P. — Há risco de novo conflito entre Igreja e Estado?

R. — Não se trata de conflito entre Igreja e Estado, mesmo porque se trata de uma ação isolada de padres (...) Isso não identifica nenhum conflito entre Estado e Igreja (...)

P. — O presidente Figueiredo já deu algum encaminhamento especial na questão dos padres?

R. — Não, quem toma a decisão sou eu. Eu que tomo a decisão. É claro que geralmente eu as tomo em sintonia com o presidente F. Mas o presidente da Rep. em exercício sou eu e a decisão é minha. (...) Mas sou homem que não abduco de minha autoridade, nunca abduquei e nunca abducarei.

Não é fácil analisar estes relatos, mas uma tentativa poderia ser a de tomar os verbos e opô-los em séries duplas:

(a) revelar/explicar = que não tem decisão

(b) assegurar/dizer = que decide sozinho / "em face da lei."

A acepção de **revelar** é aqui "fazer conhecer", "declarar", mas isso pode também indicar que a decisão era um segredo que estava sendo revelado, tirado de seu posto velado. Significa, pois, que certas decisões podem ser segredo, principalmente aquelas mais delicadas. **Explicar** é "tornar claro", "manifestar", "justificar", verbos estes que indicam uma posição diversa da anterior, pois implicam que a decisão será tomada claramente e será justificada. Se pudéssemos estabelecer uma série muito grande de verbos e contextos discursivos com análises desta natureza, talvez chegássemos àquilo que levantei momentos atrás: configurar a ideologia do jornal.

Quanto a **assegurar** e **dizer**, ambos introduzem uma opinião muito importante, que se refere à personalidade no poder e sua autonomia decisória. Quando se admite ele **assegura**, dá-se-lhe uma dimensão de força e quando se julga que ele apenas **diz**, admite-se uma expectativa. De resto, o verbo **acrescentar**, colocado na sequência do relato, parece fazer crer que se tratava de um discurso contínuo, mas na verdade eram respostas distanciadas que ali estavam sendo reunidas, dentro do espírito de economia jornalística. Voltando ao "dizer" e "assegurar", convém observar que o relato informa que o pres. **diz** que decidirá "em face da lei" e "assegura" que decidirá sozinho. Num caso, a lei está sendo posta na expectativa de seu cumprimento; noutro a autoridade está sendo resguardada.

As observações dos exemplos (18) e (19) configuram um tipo de análise pragmática contrastiva em que se confrontam não os estilos do dizer e sim as forma de agir desses vários estilos. A vantagem de uma análise deste tipo manifesta-se na possibilidade maior de penetrar no funcionamento do discurso em vários contextos simultaneamente. Daí resulta, além de um controle permanente, uma visão

com vários fatores conjulgados. Não sei se é prematuro, mas parece viável propor uma pragmática contrastiva na forma aqui iniciada. Estamos vendo que o mesmo discurso a que chamamos "discurso do poder", pode receber relatos diversos. Isso significa que há ideologias diversas por parte de jornais. Mas com respeito ao que ocorre no relato dos discursos do Governo e da Oposição, pode ser mais diversificada a questão. Tomemos alguns exemplos, destacando de um lado os relatos e, de outro, os verbos usados. O texto foi extraído da F.S.P. de 20-8-81, da notícia **"Senador teme interpretação da abertura."**

(20) O Senador Tancredo Neves, presidente do PP disse ontem (...) que o crescimento da insatisfação popular (...). O senador mineiro (...) **opinou** que os atos de protesto de Salvador (...). Tancredo Neves foi enfático ao **condenar** as ameaças de retrocesso político (...).

disse que

opinou que

condenar

O vice-presidente da República Aureliano C. **advertiu** (...) que há necessidade de manter a ordem pública (...). "Estamos seguros de que o pres. F. caminha irreversivelmente para a realização das eleições (...)", **afirmou** Aureliano. Ele não teme que grupos radicais possam perturbar essa tranquilidade. **Para** ele tais grupos "são até certo ponto minoritários". O vice-presidente (...) **conclamou** todos os brasileiros a se unirem no sentido de "dar ao Pres. todo apoio (...)". Ao deixar São Paulo o vice-pres. **reafirmou** sua crença na abertura política e **pediu** mais confiança na palavra e na ação do pres. F." Aureliano **elogiou** o PDS paulista e **afirmou** ainda que "devemos confiar no calendário eleitoral."

advertiu que

afirmou
não teme que
para ele

conclamou

reafirmou

pediu
elogiou
afirmou

Em Brasília, **condenando** os atos de violência registrados na Bahia (...) o senador Jutai Magalhães (PDS-BA) **aconselhou** o povo brasileiro a lançar mão do diálogo (...). O senador exortou todos os que detêm de alguma maneira parcela de poder (...) a acolherem o apelo da Igreja (...). **No entender** do senador baiano (...). Jutai **classificou** de ridículas as afirmações de representantes do PMDB (...).

condenando

aconselhou

exortou

No entender de
classificou

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) **afirmou** em Brasília que o governo ensaia, extinguir as eleições e endurecer o

afirmou

regime (...). Na opinião do parlamentar, se a redemocratização finir na dependência (...). Para Duque os atos de protestos do povo fazem parte do jogo democrático (...). Hélio Duque lembrou que países democráticos (...) combatem o terrorismo (...) sem violarem as leis (...).	na opinião de para ... lembrou que
---	--

Temos aqui quatro segmentos de discursos relatados. Observando os verbos assinalados à direita, poderíamos distinguir entre as formas de relatar o discurso do governo e da oposição. Resumidamente, nota-se que exceto algumas construções adverbiais comuns a ambos, os verbos mais fortes, apesar da veemência dos discursos relatados, estão com o relato do discurso do governo. É uma maneira de endossar a opinião tida como oficial, deixando a outra a cargo de quem proferiu. Um fato saliente nas formas verbais aqui usadas é a presença de verbos em sua maioria indicadores do efeito que o discurso deveria ter, como no caso do verbos "elogiar", "conclamar", "pedir", "aconselhar", "exortar" e "advertir",

Tomemos mais alguns exemplos a fim de reforçar a tese de que há uma diferença substancial na forma de relatar o discurso do governo e da oposição. A notícia abaixo, citada rapidamente, foi extraída da F.S.P. edição de 29-8-81: **Tancredo discorda da eleição em duas fases.** Primeiro temos as opiniões de Tancredo Neves como oposição e, depois, de Amaral Peixoto do PDS.

- (21) - Relato do discurso de Tancredo: O senador (...) **crítico** (...). Para Tancredo (...). O país - **acrescentou** - (...). Segundo o Presidente do PP (...). Após **afirmar** (...) **acrescentou** (...). Na opinião de Tancredo (...).

- Relato do discurso de Amaral Peixoto: (...) **declarou** (...), **acrescentando** (...). **Esclareceu** (...). **garante** (...), (...) **explicou** (...).

A diferença está no mesmo nível que em (20), onde os verbos fortes ficam para o relato do discurso do governo e não da oposição. Concluindo esta parte da análise, observemos um último exemplo que apesar da manchete conter um verbo que relata o discurso pelo seu possível efeito, subjetiviza totalmente as opiniões do autor. Extraída da F.S.P. 29-8-81, a notícia tem por título: **Gilvan alerta que o País está em "rota de colisão"**. O verbo "alertar" deixa de ter aí uma certa força irônica, pois a denúncia feita é logo tratada, no texto da notícia, como uma advertência.

- (22) O Brasil ingressou em "uma rota inevitável de colisão" (...) segundo **advertiu** (...) o senador Gilvan Rocha (PP-SE), **para quem**, o País "vive um impasse (...)". **Convicto** de que tudo decorre da falta de ideologia da Rev. de 64, (...), G. Rocha observa que esta rota (...). Ao **susentar** que a política está (...) sob ameaça (...) **disse** que (...). E **indagou**: "Como acreditar (...)?" **Indagou** também (...) como acreditar numa abertura que, a seu ver, encara os oposicionistas como inimigos da Pátria (...). **Comentando** as últimas declarações de M. Pinto, G. Rocha **disse** não acreditar que o deputado esteja com paranóia (...).

Creio que os exemplos citados são suficientes para comprovar a necessidade de se realizar uma investigação mais detalhada a respeito destes verbos que introduzem as opiniões políticas na imprensa diária. Contudo, pode-se tentar também uma outra linha de investigação, como a que será delineada a seguir, onde um caminho diferente será buscado, a fim de sistematizar os verbos dentro de outro critério que o das intenções subjacentes como característica básica da ação dos verbos de relato.

CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS PELA FUNÇÃO

Após a análise dos modos de ação dos verbos sobre o discurso relatado, tentarei agora outra perspectiva de trabalho. Não será uma análise tão detalhada como a precedente uma vez que busca apenas definir uma nova hipótese de estudo. A proposta aqui sugerida caracteriza-se como pragmático-argumentativa e baseia-se na função lógico-organizadora que os verbos de relato de discursos exercem.

As notícias que estamos considerando, enquanto textos, são relatos de discursos pré-existentes. Com isto, os verbos introdutórios das opiniões têm uma função organizadora daquele texto pré-existente que pode ser oral ou escrito. Não se trata de uma atividade argumentativa, nem de uma ação direta sobre o discurso relatado e sim de uma função costuradora dos argumentos do autor. Partindo dessa posição, que não se ocupa apenas das possíveis interpretações, mas sobretudo da organização do texto, podemos distinguir sete classes gerais de funções organizadoras:

(I) **Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas:**

"declarar", "afirmar", "comunicar", "anunciar", "informar", "confirmar", "assegurar"

(II) **Verbos indicadores de força do argumento:**

"frisar", "ressaltar", "sublinhar", "acentuar", "ênfatar", "destacar", "garantir"

(III) **Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial:**

"desabafar", "gritar", "vociferar", "esbravejar", "apelar", "ironizar"

(IV) **Verbos indicadores da provisoriedade do argumento:**

"achar", "julgar", "acreditar", "pensar", "imaginar"

(V) **Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso:**

"iniciar", "prosseguir", "introduzir", "concluir", "inferir", "acrescentar", "continuar", "finalizar", "explicar"

(VI) **Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos:**

"comentar", "reiterar", "reafirmar", "negar", "discordar", "temer", "admitir", "apartear", "revidar", "retrucar", "reponder", "indagar", "defender", "reconhecer", "reconsiderar", "reagir"

(VII) **Verbos interpretativos do carácter ilocutivo do discurso referido:**

"aconselhar", "criticar", "advertir", "enaltecer", "elogiar", "prometer", "condenar", "censurar", "desaprovar", "incentivar", "sugerir", "exortar", "admoestar"

Estas classes poderiam ser subdivididas ou reagrupadas em outras mais explícitas, de acordo com os tipos de discurso abordados anteriormente. Mas isto não é necessário no momento, pois minha pretensão é muito mais modesta do que parece. Trata apenas de tornar evidente que os verbos têm, a par de uma atividade sobre o dito, também uma **função no texto** enquanto estruturam a argumentação.

Isto amplia consideravelmente a tese anterior não se buscando somente uma posição ideológica nos usos dos verbos.

Tomemos alguns exemplos para ver como essa classificação de funções se realiza nos jornais. Antes, porém, uma ressalva: alguns verbos não aparecem nesta classificação, estando entre eles o verbo "dizer". Este é considerado como um "coringa", uma espécie de vale tudo, pois aparece em todas as funções e não tem alguma específica. Mas exerce uma ação típica, segundo já se frisou, dependendo do contexto e dos tipos de discurso. O exemplo a seguir é do E.S.P. edição de 1-11-81:

(23) O presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan (PDS-RS), **reiterou** ontem, em Porto Alegre, o seu compromisso com o restabelecimento das prerrogativas parlamentares" e **frisou** que gostaria até que essa questão (...)(...) Ele se **manifestou** confiante na superação do impasse (...) **ressaltando** que, ao longo deste ano se formou (...). Uma fórmula "geralmente aceita", **afirmou** Marchezan, é de que "cessando o prazo para a decisão (...)" Além disso, **prosseguiu**, haveria outra fórmula (...). **Afirmando** que a inviolabilidade absoluta dos parlamentares é um privilégio inadmissível, (...) **destacou**: (...).

Quando Marchezan "reiterou" seu compromisso, estava retomando algum ponto já definido em outras épocas, ou voltando-se contra alguma objeção (função VI). Ao "frisar" e "ressaltar" seus pontos de vista, estava reforçando o argumento (função II). O fato de "afirmar" indicava que defendia uma posição oficial (função I). Finalmente, ao "prosseguir", estava dando continuidade a algum pensamento que havia iniciado (função V). Note-se que em nenhum momento o próprio Marchezan estava fazendo aquilo que o texto do jornalista sugere. Este é o arranjo conseguido pelo redator através dos verbos que utilizou para formar o texto de seu relato, que, presume-se partiu de um discurso (oral) do parlamentar Marchezan.

Na F.S.P. de 29-08-81, sob a manchete "O ex-governador garante que não usa o Presidente", lia-se uma curiosa notícia a respeito da briga entre Laudo Natel e o governador paulista Paulo Maluf a propósito de declarações do Sr. Átila, porta-voz do Planalto. O ex-governador Natel estava, pois, na posição de quem se defende. Com isso, os verbos usados para o relato de suas opiniões foram: "reafirmar", "reiterar", "garantir", "recordar" que exercem as funções II e VI, de força e de retomadas opositivas, o que, no conjunto, **enfraquece** sua posição.

Somente uma análise minuciosa dos exemplos utilizados no corpo deste trabalho mostrará o grau de viabilidade da classificação proposta neste momento. Ela me parece importante por conseguir estruturar um processo de organização que se dá a partir de um texto (relato) montado a partir de outro texto (a opinião). Assim estes verbos assumem funções que nem sempre estão fazendo justiça à opinião original do autor, pois podem "costurar" um texto com retalhos de vários aspectos por vezes até díspares. Podem montar um texto muito interessante, mas fictício, se comparando com aquilo que o autor realmente disse.

Agora seria conveniente fundir a primeira hipótese levantada a respeito da ação dos verbos e a hipótese deste momento a respeito das funções daqueles verbos. A fusão das duas hipóteses levaria a compreender uma série de fenômenos que ficaram obscuros no curso deste trabalho. Vejamos aqui apenas um dos casos ocorridos. Tomando o exemplo (13) que nos intrigou por sua estranha forma de tratar o ministro Abi-Ackel, podemos agora explicar alguns fatos com mais clareza, partindo desta nova hipótese da fusão de ações e funções.

No exemplo (13) o verbo "negar" com seu intensificador "veementemente"

tem a função de organizar o conflito (função IV) assim como também o verbo "responder" com seu intensificador "rispidamente". O verbo "concluir" está usado na função V, contudo intriga porque o ministro não fez uma conclusão e sim uma indagação irônica. Mas ocorre que essa é também uma das formas de concluir, de modo que naquele emprego o verbo "concluir" estava funcionando como organizador de um passo do discurso do ministro e também identificando a natureza de um certo conteúdo num certo contexto. Se no lugar daquele verbo, o jornalista tivesse posto: "(...) ironizou, afastando-se do local: "...", teria dado ao discurso do ministro uma outra característica, ou seja, reforçá-lo-ia diante das circunstâncias. Mas a estruturação lógica sem as características formais da estruturação pôs o ministro em desvantagem, e quem ironizou foi o jornalista.

Esta hipótese é valiosa na medida em que dispõe os verbos numa classificação com vistas à estruturação do relato, servindo para aferir tanto a posição do jornalista diante da opinião relatada, como a organização do relato feito. Afere, pois, os dois pontos de vista.

Temos agora uma terceira possibilidade onde se fundiram as duas hipóteses precedentes, dando origem a uma terceira alternativa que poderia ser formulada nos seguintes termos: os verbos introdutórios de opiniões exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem uma função reordenadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação.

A formulação acima considera os três aspectos:

- a) os verbos exercem uma ação sobre o dito relatado;
- b) os verbos organizam o discurso relatado numa ordem e numa estrutura própria;
- c) na reordenação discursiva que processam, esses verbos preservam sua ação interpretativa anterior.

Esses três aspectos interligados levariam a compreender mais orgânica e sistematicamente a ação exercida pelos verbos de relato, uma vez que funcionam como dimensões modais concomitantes. O exemplo a seguir poderá dar uma noção de como esta terceira perspectiva poderia ser explorada.

(24) Título: **Pinochet vence e faz convocação à união nacional.**

Nas palavras de Pinochet apenas a Democracia Cristã (...) **qualificou** o plebiscito de "preparado" **acusando** o regime militar de haver cometido "uma enorme fraude". Ao mesmo tempo afirmou que continua de pé sua proposta de "organizar um grande acordo nacional" (...) **concluindo** que rejeita a violência (...). Pinochet, eufórico com o triunfo, **dirigiu-se** à entusiástica multidão (...). No palanque (...) Pinochet **declarou** que, pela segunda vez, fora derrotado o "marxismo totalitário". Em baixo, a multidão **gritava** "Pinochet, Pinochet, o marxismo já se foi." "Demonstramos ao mundo - afirmou (Pinochet) - que neste País existe" (...). **Convocou** o povo a formar um grande movimento cívico-militar (...). **Anunciou** que nesse processo pretende criar um milhão de novos empregos (...) e **afirmou** que, ao fim de oito anos, um de cada 20 chilenos terá seu automóvel (...). A título de homenagem às mulheres, **anunciou** que será criado um ministério da Mulher e da Família, **lançou um apelo** "aos que impugnaram a pureza desse ato" (...). Depois deste gesto-heróico - acrescentou - "não há vencedores nem vencidos". (D.P. 13-09-80).

O texto (24) exemplifica vários aspectos de importância. A seleção dos trechos do Discurso de Pinochet colheu apenas as partes agressivas e panfletárias,

mas houve o cuidado de apresentá-las com os verbos fortes e típicos de um discurso totalitário. A multidão "gritava" seu discurso, sendo que a oposição "acusava", "qualificava" ou "afirmava" inverdades de acordo com o autoritário relato de Pinochet relatado pelo jornalista.

Trata-se de três camadas: (a) o dito da oposição; (b) o relato de Pinochet acerca do dito da oposição e (c) o relato do jornalista sobre o relato de Pinochet. Esta superposição confere ao discurso original uma enorme distância e quase anonimidade, enfraquecendo a opinião original. Talvez tenha sido ironia proposital, mas as promessas de Pinochet foram apresentadas com o verbo "anunciar". A estrutura geral de (24) é a de um discurso autoritário-demagógico que se dirige, mais do que aos presentes, a todos aqueles que representam a oposição ou a contestação. Note-se que o J. B., na edição de 13-09-80 trazia como manchete para a mesma matéria o seguinte: "Pinochet vence e pede aos EUA que o deixem em paz." Este título já faz ver a quem se dirigia aquele discurso, de modo que o D. P. dimensionou o conteúdo de forma bem diversa que o J. B. ao escrever "e faz convocação à união nacional".

Concluindo a análise aqui compreendida, resta apenas propor que as sugestões lançadas sejam retomadas com mais sistematicidade e que a investigação tente caminhos menos intuitivos. Isto não significa que os resultados a que chegamos nesta primeira exploração são insatisfatórios. Diz apenas da necessidade de aprofundar muito mais um tema que é de grande relevância ao oferecer ao leitor de jornais um instrumental crítico para uma leitura menos ingênua. Trata-se de preparar esquemas hermenêuticos para a pragmática e semântica dos instrumentos do dizer a opinião alheia. Saber o que é que alguém quis dizer com o que disse exige que se penetre em profundidade naquilo que ele não disse. E como os jornais relatam o que os outros disseram, ao penetrarem nos meandros do não dito, passam para o campo da interpretação. Retornamos, com isto, ao que afirmava no início: é muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções. Portanto, as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas de comunicação.

Síglas usadas para os jornais citados

D. P. - Diário de Pernambuco, Recife

F. S. P. - Folha de São Paulo, São Paulo

E. S. P. - Estado de São Paulo, São Paulo

J. B. - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro

Bibliografia

1. AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford. Oxford University Press, 1962
2. HOPPENKAMPS, Hermann. *Information oder Manipulation. Untersuchungen zur Zeitungsberichterstattung über eine Debatte des Deutschen Bundestages*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1977.
3. OSAKABE, Hakira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós, 1979.
4. SANDIG, Barbara. *Syntaktische Typologie der Schlagzeile. Möglichkeiten und Grenzen der Sprachökonomie im Zeitungsdeutsch*. München, Hueber, 1971.



Chasqui

REVISTA LATINOAMERICANA DE COMUNICACION

ENERO - MARZO 1991

No. 37

Director de CIESPAL: Asdrúbal de la Torre

Editor de Chasqui: Juan Braun

COMUNICACION Y MEDIO AMBIENTE

El ser humano envenena los ríos, quema y tala los bosques, degrada a sus pares y se autodestruye. Pero él no lo sabe. Los medios de comunicación deben concientizarlo sobre su realidad. Para que cambie. Y a tiempo.

Fernando Ortiz, Lucia Lemos, Eric Wahlström, Sharon Begley, Patricia King, Thomas Sancton, Glenn Garelik, Everett Rogers, Gino Lofredo, Tito Drago, Alicia Fraerman, Joao Luis Van Tilburg, Tania Coelho, Lilian Newlands, Kintto Lucas, Rosa Rodríguez, Wilman Sánchez, Alexei Yablokov, Karin Gauer.

PRENSA Y DERECHOS HUMANOS

La profesión de periodista es una de las más peligrosas del mundo. Cada año, cientos de colegas son amenazados, golpeados, censurados, expulsados. Muchos-muchos son asesinados. Y todo esto por defender los derechos humanos.

Daniel Raffo, Howard Frederick, Guillermo Orozco, Elías Sevilla, David Landesman, Leonor Arfuch, Carmen Castro, Attilio Hartmann, Instituto Internacional de Periodistas, Gloria de Vela, Luis Eladio Proaño.

COMUNICADORES AUTODIDACTOS

Donato Ayma Rojas, Periodista indígena, *Juan Braun*

Máximo Simpson, Profesor comunicador, *Juan Braun*

NOTICIAS

AFRICA

EUROPA

ACTIVIDADES DE CIESPAL

NUÉVAS TECNOLOGIAS

LIBROS

Apartado 17-01-584 Quito-Ecuador.

Teléfono: 544-624. Telex: 22474

CIESPAL ED. FAX (593-2) 502-487

TARIFAS DE SUSCRIPCION

4 números por año	A. L.	U.S.A.
	Europa y Asia	
1 año	US\$14	US\$29
2 años	US\$24	US\$54
3 años	US\$34	US\$72